



**ACÓRDÃO Nº686/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 15757/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento São Raimundo - SPA São Raimundo.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Raimunda Gomes Pinheiro (Ordenador de Despesa), Clizaneth Guimarães Cavalcanti Campos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2670/2020-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento São Raimundo - SPA São Raimundo. Exercício de 2017.

*Irregularidade. Multa. Regularidade com ressalvas.  
Determinação. Ofício. Notificação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Sra. **Clizaneth Guimarães Cavalcanti Campos**, responsável pelo **Serviço de Pronto Atendimento São Raimundo-SPA São Raimundo**, Diretora-Geral e Ordenadora de Despesas no período de 01/01/2017 a 27/10/2017, conforme dispõe o Art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei estadual nº 2.423/1996-LOTCE/AM, em razão das impropriedades 04, 05, 06, 07 e 08 não sanadas.
- 10.2. **Aplicar Multa** à Sra. **Clizaneth Guimarães Cavalcanti Campos**, responsável pelo **Serviço de Pronto Atendimento São Raimundo-SPA São Raimundo**, Diretora-Geral e Ordenadora de Despesas à época dos fatos, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), em razão de ato praticado com grave infração à norma legal, nos termos do Art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM c/c Art. 54, VI, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM, pelos fatos e fundamentos apresentados no



**ACÓRDÃO Nº686/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Relatório/Voto quanto à permanência das impropriedades 04, 05, 06, 07 e 08 não sanadas, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.3. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Sra. **Raimunda Gomes Pinheiro**, responsável pelo Serviço de **Pronto Atendimento São Raimundo - SPA São Raimundo**, Diretora-Geral e Ordenadora de Despesas, no período de 27/10/2017 a 31/12/2017, nos termos dos Arts. 22, II e 24, ambos da Lei estadual nº 2423/96, c/c art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM.

**10.4. Determinar à atual Administração**, sob pena das contas do próximo exercício serem julgadas irregulares, nos termos do artigo 188, inciso III, alíneas "b", "c" e "e", da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, que:

- a)** Observe com rigor as disposições da Lei federal n.º 4.320/64;
- b)** Instrua os processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação com os devidos pareceres jurídicos, em cumprimento aos art. 38, inciso VI, da Lei federal nº 8.666/93, sob pena de ser responsabilizado na forma do artigo 89 da citada Lei;
- c)** Realize o planejamento prévio dos gastos anuais para contratação dos serviços e principalmente para as compras, devendo obrigatoriamente obedecer o disposto no Decreto n.º 31.159, de 11 de novembro de 2013, de modo a evitar o fracionamento de despesas de mesma natureza, observando o limite para as modalidades licitatórias e cumulativo ao longo do exercício, a fim de não extrapolar os limites estabelecidos nos artigos 23, §2º, e 24, II, da Lei federal n. 8.666/93.

**10.5. Determinar ao Órgão Técnico** que verifique a correção das falhas apontadas na próxima inspeção *in loco*.

**10.6. Oficiar a Controladoria Geral do Estado - CGE**, para dar esclarecimentos e/ou justificativas quanto a não elaboração e envio do Relatório e Certificado de Auditoria com o Parecer do Dirigente do órgão



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº686/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

de Controle Interno na Prestação de Contas Anual do SPA São Raimundo, relativo ao exercício de 2017.

**10.7. Notificar** as senhoras **Raimunda Gomes Pinheiro e Clinazeth Guimarães Cavalcanti Campos**, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para que tome ciência do decisório.

**11- Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 6 de Julho de 2020.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral